

A INFLUÊNCIA DOS AUTORES CANÔNICOS NA AUTORIZAÇÃO DO PSICANALISTA¹

Wilson de Albuquerque Cavalcanti Franco*

Luís Cláudio Mendonça Figueiredo
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Resumo: O artigo aborda a forma como se constroem as “autórias” no discurso psicanalítico – considerando, basicamente, as figuras de autor que organizam a composição de um discurso psicanalítico (Klein, Winnicott, Lacan, por exemplo). A partir de uma apresentação do estatuto da autoria na configuração do discurso psicanalítico, o texto questiona a centralidade da repetição de fórmulas com pretensão canônica e a figura geral do dogmatismo na “autorização” do psicanalista. Sugerem-se desdobramentos e reconfigurações dos fenômenos do dogmatismo e da autoridade no discurso psicanalítico.

Palavras-chave: Psicanálise. Formação em psicanálise. História da Psicanálise. Autoria.

Proposição

Propomos neste artigo a análise de fenômenos associados à autorização singular do psicanalista. Mais especificamente, gostaríamos de investigar a forma como o psicanalista ou candidato a psicanalista angaria reconhecimento a partir da

1 Trabalho derivado de dissertação de mestrado defendida em novembro de 2012 no Instituto de Psicologia da USP, desenvolvida entre 2010 e 2012 nesse mesmo Instituto com apoio financeiro do CNPq. Agradecemos a Paulo Beer e Elisa Vieira pela leitura atenta e pelos comentários dispensados.

* E-mail para correspondência: wilsondeacfranco@gmail.com

filiação a figuras de autoridade reconhecida; gostaríamos de compreender qual é o papel dos autores consagrados na autorização daquele que pleiteia um lugar para si.

A postulação mesma do problema instala uma espécie de paradoxo: em alguma medida o autor se autoriza perante seus pares, afirmando algo próprio; no entanto, uma vez que recorre à influência do discurso de um autor que o antecede, essa autorização se faz “à sombra” de um autor precedente. O paradoxo não requer solução ou desmontagem, mas configura um campo digno de atenção no processo de formação dos psicanalistas no contemporâneo.

O paradoxo a que nos referimos já foi postulado anteriormente pelo crítico literário Harold Bloom. Bloom tinha outro campo de problemas em vista: investigava a poesia e a forma como os poetas se autorizam. A solução que ele dá ao paradoxo em questão é bastante soturna, e o papel da criatividade fica bastante reduzido: chega a dizer que “a poesia em nossa tradição, quando morrer, será auto-assassinada, pela sua própria força passada” (Bloom, 2002, p. 60) – isso porque quem se autoriza se constrange diante dos autores precedentes, o que avançaria até o fechamento completo do campo poético. Propomos uma concepção um tanto distinta para a compreensão dos efeitos da influência e da autorização no campo psicanalítico, mas consideramos a teorização bloomiana acerca da influência altamente sugestiva para pensar a formação e a liberdade de pensamento do psicanalista.

Para os fins deste texto, conceberemos os autores consagrados da psicanálise (Freud, Klein, Bion, Lacan etc.) como funções de discurso². Isso porque a autorização desses autores não será posta em questão, mas a função que o texto (a “obra”) deles exerce no processo de autorização das pessoas que hoje se propõem a ser e pensar em psicanálise.

Instalação histórica de um problema atual

Sándor Ferenczi conheceu Freud em 1908 (Sabourin, 1988). Na época, Freud estava trabalhando em busca de consolidação e reconhecimento para a psicanálise (Gay, 1988). Foi ela quem aproximou os dois médicos e cimentou a intensa relação que rapidamente se desenvolveu entre os dois. Ao longo dos 25 anos seguintes, Ferenczi seria o “paladino” e o “grão-vizir secreto” da psicanálise, dedicando-se integralmente a seu desenvolvimento (Grosskurth, 1992). Freud tinha grande interesse em es-

2 Essa perspectiva se funda no papel institucional e discursivo da referência a esses autores – enfatizando a dimensão performativa e institucional em detrimento do “conteúdo das obras” ou da “singularidade dos pensamentos” desses autores. Uma análise desse tipo de operação pode ser encontrada nos textos “Ordem do discurso” (Foucault, 2004) e “Nietzsche, Freud e Marx” (Foucault, 1997).

tabelecer a psicanálise como uma ciência que sobreviveria à sua morte, e procurava aliados e uma estrutura que zelassem pelo desenvolvimento adequado de sua criação; Ferenczi, julgava ele, seria imprescindível a esse processo.

Freud depositava grandes esperanças em Ferenczi³, e confiou nele para implementar algumas sedimentações políticas que considerava importantes para garantir a saúde da psicanálise independentemente dele. Foi nesse contexto que Ferenczi subiu ao palanque no Congresso Psicanalítico de Nuremberg de 1910 para apresentar um trabalho intitulado *A história do movimento psicanalítico*; apesar do título, o propósito da exposição era bastante pragmático e diretivo: tinha por intuito propor a criação de uma Associação Psicanalítica Internacional, instituição que regularia a formação, a produção teórica e a prática dos psicanalistas mundo afora. A proposta fora amadurecida entre aqueles poucos analistas que gozavam da confiança de Freud e que delineavam com ele os expedientes por meio dos quais a psicanálise estabeleceria bases firmes e reconhecimento como ciência (Grosskurth, 1992).

A premissa para o estabelecimento de uma instituição supranacional e suprapessoal era a necessidade de regular a disseminação da psicanálise, orientar sua propagação e estabelecer normas para que alguém pudesse intitular-se psicanalista e falar em nome dela. Conforme se consolidava, a psicanálise precisava firmar-se para além do alcance físico de seu criador, ganhando firmeza no tempo e no espaço – instituir-se equivale a pôr-se, manter-se em pé, e era disso que se tratava.

Ferenczi fazia menção clara no texto aos riscos que acompanham esse tipo de empreendimento: não importa quão longe vão e quão alto alcem voo, os homens, conforme se inserem em grupos, sempre reencontram “em algum superior, herói ou chefe de partido respeitado um novo pai” (Ferenczi, 1911/2001, p. 149). Ferenczi temia, já em 1910, que a criação de uma associação estabelecendo normas, parâmetros e uma organização estável à prática e disseminação psicanalítica tolhesse a liberdade de pensamento de seus membros psicanalistas – na época nem divisava o risco (ao menos não no texto) de a associação efetivamente tolher seus membros, mas considerava o risco de os membros inconscientemente deixarem-se tolher pela mera existência da instituição, pela tendência que verificava entre instituições em repetir os rígidos padrões familiares.

Por outro lado, Ferenczi se tranquilizava, ou ao menos tranquilizava sua audiência em Nuremberg, afirmando saber que os psicanalistas saberiam lidar bem com esse risco. Dizia ele:

3 Na verdade, se Ferenczi era o “paladino” e o “grão-vizir secreto” de Freud e da psicanálise, Jung era tido explícita e publicamente como príncipe herdeiro, aquele que sustentaria o empreendimento psicanalítico após a morte de Freud. É digno de nota que Freud mantinha uma certa obsessão por sua morte, pressagiando-a e antevendo-a desde seus 50 anos de idade (ele veio a falecer em 1939, aos 83 anos).

Os membros que receberam uma formação psicanalítica seriam os mais capacitados para fundar uma associação que reunisse as vantagens da organização familiar e o máximo de liberdade individual. Essa associação deve ser uma família onde o pai não detenha uma autoridade dogmática mas somente aquela que suas capacidades e seus atos lhe conferem; onde suas declarações não sejam cegamente respeitadas, à semelhança dos decretos divinos, mas submetidas, como todo o resto, a uma crítica minuciosa; onde ele próprio receba a crítica sem ridículas suscetibilidades e vaidade, qual um *pater familias*, um presidente de associação dos nossos dias. (Ferenczi, 1911/2001, p. 150)

Ao fim do Congresso de Nuremberg, a Associação Psicanalítica Internacional foi constituída, tendo Jung como primeiro presidente.

Assim teve início a institucionalização da psicanálise, pedra fundamental a partir da qual se colocariam em prática, com o correr das décadas, todos os demais expedientes de regulação. Mas será que podemos considerar que a aceitação da proposta de Ferenczi implica a aceitação dos pressupostos elencados por ele? Será que a criação da IPA (International Psychoanalytical Association, nome oficial que coube à Associação) reflete a correitude do julgamento de Ferenczi? Parece-nos que não; e um olhar detido sobre a história de intrigas, dilemas, cisões, mal entendidos, burocratizações e outros tantos entraves institucionais não deixa muitas dúvidas a esse respeito (Kernberg, 2010; Kupermann, 1996; Zygouris, 2010). Fosse ou não razoável quando proferida, a hipótese ferencziana de que os psicanalistas conseguiriam se pôr acima dos processos institucionais de empobrecimento acabou se mostrando excessivamente otimista. Se em alguma medida os psicanalistas “souberam lidar” com os males da associação grupal pelo simples fato de a psicanálise ter sobrevivido no tempo, por outro lado nos parece que os tais males operam, de fato, entre os psicanalistas, mesmo não sendo “mais capacitados” a lidar com eles que os demais mortais. Parece seguro e pouco polêmico afirmar que há, sim, recorrência à autoridade dogmática dos “pais”, assim como há rivalidades fraternais e “golpes” de família. Divórcios entre grupos distintos se fundamentam e se sustentam no tempo ancorados em suscetibilidades afetivas e pessoalismos, e o suposto debate aberto e o amadurecimento saudável dos pressupostos da psicanálise parecem fora de questão na maior parte dos grupos em operação hoje.

Não levantamos essas questões pelo simples gosto da denúncia, nem para propor supostas alternativas mais salutares; mas parece um trabalho para aqueles que se afinam à psicanálise haver-se com o legado que lhes cabe – o método, a história e os riscos. A história da psicanálise mostra que as instituições psicanalíticas, preocupadas com a questão da coerência na formação, parecem ter dado excessivo espaço à filiação teórica inquestionada como forma de lidar com o problema; pois bem,

nos parece que o expediente põe contornos ao problema, mas passa longe de resolvê-lo. Como funcionaria a filiação inquestionada? Se a pessoa quer ser psicanalista, procura um grupo, aferra-se a este e faz o que for necessário para ser reconhecida como legítima representante; nesse processo, a pessoa em formação literalmente se formata aos processos de pensamento clínico e posicionamento retórico que circulam pelo grupo/escola – que não necessariamente refletem um estilo clínico ou uma forma de trabalhar. Consideramos que esse tipo de expediente se caracteriza particularmente pela constrição de pensamento, isto é: a instituição reconhece a pessoa tão mais rapidamente quanto mais rápida e fielmente ela reproduzir o discurso institucional, o que é praticamente um convite ao não pensamento⁴. Há muitas outras formas de pensamento na cena psicanalítica, mas a questão permanece, todavia, pertinente: o processo apontado acontece e, ao que tudo indica, acontece com frequência.

Não parece que as associações psicanalíticas (certamente no plural, e já não mais totalizadas sob a IPA) se definem hoje, como queria Ferenczi, pelos “benefícios da organização familiar” associados ao “máximo de liberdade individual”. Nossa proposta de investigação para esse artigo, em vista dessa problemática, diz respeito à forma como o candidato se enquadra emocionalmente nesse contexto e ao tipo de operações de poder que se dão na formação do psicanalista. Isso põe fora do campo de nossa investigação a oportunidade ou não das instituições elas mesmas e de seus expedientes: temos como objeto o processo por que passa o analista em formação para o desenvolvimento de uma autoria ou assinatura.

O poder carismático e sua “torção” psicanalítica

Segundo Weber, haveria três formas puras de exercício de poder legítimo: o legal, o tradicional e o carismático (Weber, 2005). Diríamos, numa apresentação sintética, que o poder legal é aquele fundado sobre textos (leis) que dispõem sobre o exercício do poder, cabendo aos dominantes observar (ou fazer parecer que observam) o que lá está disposto. O poder tradicional seria aquele que se concentra em figuras que o recebem da própria organização social – como no caso de famílias reais ou outras formas de transmissão por herança ou tradição. O poder carismá-

4 É frequente que se pleiteie reconhecimento a partir da adesão a um discurso “fechado” nos termos da conceitologia e princípios operativos da teorização de um autor influente, como Ferenczi, Winnicott, Klein, Lacan e por aí vai; muitas instituições de formação e ensino chegam mesmo a se denominar “lacanianas” ou “winnicottianas”. Esse problema, certamente candente e premente em nossos tempos, não poderia ser tratado a contento no contexto desse artigo e será abordado oportunamente. Diria apenas, a título de abertura de questão, que não nos parece em absoluto que a adesão a esse tipo de constrição discursiva e de pensamento garanta o rigor ou a coerência do psicanalista.

tico é aquele em que a concentração de poder sobre uma(s) pessoa(s) se atribui às características singulares de um líder ou mestre.

Essas formas de poder nunca se efetivam em sua forma pura na realidade, já que as cenas sociais sempre impõem uma complexidade de relações e jogos de influência que mobilizam estratégias de dominação distintas.

No contexto da psicanálise, parecer-nos-ia inicialmente que o tipo de poder preponderante, de acordo com a tipologia weberiana, seria o poder carismático. Isso porque nesse tipo as características singulares de uma pessoa específica fazem que ela seja reconhecida como ordenadora legítima daqueles sob seu poder, e tal poder é outorgado espontaneamente por eles justamente na medida em que esse carisma é atribuído à pessoa em causa; e nada é mais fácil que substituir “pessoa específica” por “Freud” na frase anterior.

Esse tipo de poder não é definido por uma votação, nem por um direito de nascença: a pessoa lidera e domina porque é “mais” alguma coisa que todos os demais, ou “muito” alguma coisa, ou “particularmente” alguma coisa. Líderes carismáticos dominam por suas características singulares, e sua dominação é sustentada no tempo pela sustentação desse carisma (e não por direito legal ou tradicional). Vemos aí surgirem os primeiros problemas em nosso palpite, já que há leis dispostas sobre quem é ou não analista (de acordo com algumas instituições), e já que em muitos contextos institucionais há ocasiões de votação ou deliberação para decidir se aquela pessoa “vira” ou não psicanalista. Fie-mo-nos, por ora, no fato de que nenhum sistema se funda totalmente em uma ou outra forma de dominação, e sigamos adiante.

Precisamos reconhecer, no contexto psicanalítico, duas particularidades na operação da dominação carismática: 1. a “pessoa” que exerce poder carismático, mesmo depois de morta, mantém e mesmo amplifica seu poder como uma “obra” (pensemos no impacto de Klein, Ferenczi, Winnicott, Lacan e outros organizando e liderando como obras até hoje) e 2. esse poder carismático (das pessoas e das obras) se exerce pela forma como os textos são interpretados em cada contexto e época, e esse contexto varia muito mesmo dentro da zona de influência de um autor. Lembremos, por exemplo, que os inovadores (Klein, Winnicott etc.), no tempo de sua “escalada”, sustentavam suas obras como “inovações fiéis”: eles situavam leituras potentes e inovadoras que eram ao mesmo tempo fundamentalmente fiéis ao pensamento freudiano. Pois bem, esse tipo de expediente – de “inovação fiel” – se sustenta ao longo das gerações psicanalíticas, com os novos “líderes” despontando como os “renovadores” dos textos já estabelecidos, ou seja, aqueles que inovam mantendo a tradição.

Diríamos, por essas particularidades, que o poder carismático weberiano, sendo preponderante na cena psicanalítica, é, no entanto, retorcido em suas características fundamentais. Weber afirma – retomam-

do – que as características principais do poder carismático são: 1. não se estabelece em regras e protocolos ditados em normas e textos; 2. não se transmite de uma a outra pessoa, e se ancora na pessoa “com” poder e em seus atributos singulares; 3. não se estende automaticamente no tempo, sendo dependente da manutenção do sistema carismático de poder por parte do “empoderado” e, em menor medida, dos submissos. Se pensarmos nas particularidades da dominação dos “grandes pensadores” psicanalíticos, veremos que a psicanálise impõe particularidades muito cruciais e significativas: 1. o poder carismático é submetido à permanência no tempo (Klein ainda hoje é uma “figura de dominação carismática”), e à impermanência no espaço ou na pessoa (Klein já morreu há muitos anos e continua operando como dominadora carismática, por meio de outros que “incorporaram” ou herdaram seu poder); 2. as características de caráter e integridade moral, tão fundamentais na liderança carismática regular, na psicanálise assumem contornos específicos em virtude da própria relação da psicanálise com esse tipo de “psicologia do líder”; 3. ao longo de sua história, a psicanálise foi atribuindo cada vez mais importância aos “rituais de passagem” entre o candidato e o analista, aproximando-se crescentemente da regulação de poder de tipo legalista.

Organizaríamos a discussão sugerindo que a compreensão da operação do poder de autoridade na psicanálise depende de duas discussões: a primeira dizendo respeito à torção do lugar de autoridade na psicanálise e a segunda, à permanência no tempo e à impermanência na forma da figura carismática de autoridade.

Há uma torção na psicanálise, sustentada no tempo, quanto à fonte de autoridade carismática: aquele que exerce influência o faz porque se expôs suficientemente e expôs suas intimidades. É clássico atribuir ao líder carismático qualidades como força, integridade, confiança e outros tantos atributos moralmente “inquestionados”; na psicanálise, ocorre frequentemente de os atributos do líder serem retorcidos, tornando indistinguíveis o dentro e o fora, o íntegro e o distorcido, o forte e o fraco. Lembremos de *Interpretação dos sonhos* (Freud, 1900/1996): a psicanálise se funda em um trabalho de análise pessoal profunda e potencialmente muito embaraçosa, ao cabo da qual o analisado (Freud) afirma ter descoberto o método para compreender as motivações inconscientes – não as dele, mas as de quem quer que se submeta ao método (Forrester, 1997b); daí emerge um líder carismático que se ergue como líder no mesmo gesto em que expõe detalhes assaz constrangedores de seus desejos e impulsos. Essa montagem tensa dos jogos de poder será mantida e aprofundada em vilosidades sucessivas ao longo da história da psicanálise até os dias de hoje – dos constrangimentos e análises de Freud aos de tantos contemporâneos que expõem seus sonhos, devaneios e desejos em busca de reconhecimento. Se Weber, em seu trabalho, tem em vista líderes carismáticos em ordenações sociológicas mais “regulares”; no caso

da psicanálise é necessário levar em conta as torções impostas aos regimes do poder e do discurso que ela efetua e em que se funda.

Como dissemos, há ainda uma segunda questão (principal) a ser desdobrada a partir da sugestão de que o poder carismático predomina na gestão do poder e da influência em psicanálise, que definimos como permanência no tempo e impermanência na forma das figuras de influência. Queremos nos referir com isso ao fato de que os autores a que se confere poder dentro do discurso psicanalítico permanecem decisivos e influentes mesmo décadas depois de mortos (Ferenczi, Freud, Klein, Lacan, Winnicott etc.); temos aí uma diferença fundamental em relação às proposições de Weber, já que ele tinha em vista o exercício de poder de um homem sobre outros homens. Essa característica fundamental aproxima o poder carismático que regularia a psicanálise ao poder legalista que, ainda segundo Weber, é aquele poder regulado por textos e normas que estabelecem princípios de regulação, cabendo aos homens “no poder” o papel de fazer cumprir o poder que está previsto, conforme está previsto (ou fazer crer que é isso que fazem). Pois bem, consideremos que Winnicott e Freud e Lacan não são mais homens, posto que já morreram; poderíamos então supor que seus textos são como “textos ordenadores”, e que os psicanalistas “influentes” de atualmente (esses, sim, homens e influentes) simplesmente “despacham” o cotidiano cumprindo normas e dizendo: “sua ideia está correta, porque está de acordo com Freud” ou “não, isso não é correto porque Winnicott não previu assim”, e leríamos aí correlatos perfeitos de burocratas a dizer se podemos ou não pisar na grama ou circular pelas ruas naquele determinado horário.

O ponto central aqui é que com alguma atenção percebemos que a história da psicanálise procede bem diferente disso: afinal temos psicanalistas ilustres com obras estabelecidas nos anos 1920, nos anos 1930, 1950, 1960... e todas essas obras se fundam em alguma medida no velho método freudiano estabelecido em 1900 com a *Interpretação dos Sonhos*. De alguma forma ainda estamos, e é provável que estejamos sempre, tentando compreender tudo o que está implicado naquele texto, e sobre esse texto nos debruçamos como Alice a cair no buraco da árvore. Como bem o disse Foucault (Foucault, 1997), estamos diante de uma hermenêutica da suspeita a desdobrar-se infinita sobre si mesma, apoiando-nos aqui e ali em algumas tantas figuras que nos “conduzem”. Bem dizendo, creio que mobilizamos a permanência no tempo das figuras de autoridade, torcendo-as conforme podemos na busca do que nos pareça verdade, e nesse processo conduzimos o que seriam as mesmas figuras, mas que de fato não são: o Freud dos anos 1930 não é o Freud dos anos 1960, que não é o Freud dos dias de hoje. Ou seja: o poder carismático que regula as relações de poder em psicanálise diz respeito à transferência às figuras de influência e à forma como essas figuras constelam um horizonte discursivo que nos permite enunciar o que queremos dizer. Lemos

a *Interpretação dos Sonhos* até encontrar lá reverberações suficientes do que vivemos na clínica, do que nos orientam nossos supervisores, do que cremos que está lá “em germe”; nesse processo reinventamos a psicanálise, reinventamos Freud (e quiçá Klein, ou Lacan, ou Winnicott). Não diríamos, por outro lado, que o Freud de hoje seja “mais” ou “menos” que o Freud dos anos 1960 – ele é outro. Não cremos que a psicanálise esteja em busca da verdade radical ou do fim da história do inconsciente, não cremos que seja possível encontrar o umbigo dos sonhos, ou o umbigo do pensamento freudiano. O que cremos poder fazer é tentar articular com consistência e impetuosidade um pensamento que presentifique as figuras carismáticas, de forma a ler Winnicott, e Freud, e Klein, e Lacan para que “possamos pensar” os problemas e os desafios da clínica e da vida de nosso tempo.

Parece-nos importante, nesse contexto, chamar a atenção para o mérito de propostas de formação e de raciocínio clínico que se fazem menos dependentes da adesão a uma única figura de influência. Consideramos razoável e maduro supor que as transferências não se “dissolvem” jamais, e nem é disso que se trata, mas certamente sairemos fortalecidos se pudermos atribuir poder carismático e prestar reverência a figuras múltiplas. Até porque, se considerarmos que o carisma é a atribuição de um dom ou graça associado a uma figura, a “reverência” a uma figura única nos deixa certamente em condição de dependência afetiva e rarefação de pensamento, justamente porque aquela figura “tampa” o espaço de inovação, só nos restando (quando muito) repetir. Claro que isso nos põe diante de um problema espinhoso no campo da psicanálise: se o psicanalista se refere a mais de um autor de referência dentre os canônicos, isso faz dele um psicanalista “ecclético” e pouco rigoroso? Como saber se ele está sendo rigoroso em sua teorização e mesmo em seu pensamento clínico em meio a uma discussão ancorada em autores heteróclitos entre si? Repetimos, portanto, o desafio já muitas vezes lançado àqueles envolvidos com a psicanálise: é incontornável que se possa pensar e repensar a história da psicanálise, repensar a relação que estabelece com a própria história⁵ e os fundamentos de onde retira legitimidade e consistência. E isso porque é tão difícil avaliar a consistência e rigor de um psicanalista que se refere a mais de um autor de referência como o é em relação àqueles que se referem sempre ao mesmo – a diferença principal seria que o que cita muitos deixa claro o problema que concerne a todos.

5 Faço menção aqui às defesas incondicionais de um ou de outro personagem da história da psicanálise, redundando muitas vezes na ocultação e na manipulação de documentos e textos centrais na área; faço menção também às defesas de uma ou de outra figura que, para o bem da comunidade, ocultam ou fecham os olhos a outros pensamentos e autores. Remeto o leitor interessado nessa discussão à dissertação de mestrado de Rafael Alves Lima, “A categoria de poder na clínica psicanalítica: entre Michel Foucault e Jacques Lacan” (Lima, 2012).

Considerações finais

Hoje sabemos que os presságios de Ferenczi quando da criação da IPA, em 1910, não se concretizaram: a história da psicanálise é marcada por autoritarismos, manipulação de arquivos, construção de ídolos e ataque hostil a imagens por questões de poder. Isso não significa que a psicanálise seja refém do poder ou do autoritarismo: significa apenas que a história da psicanálise é uma história viva, em movimento, em que as determinações se cruzam e frente à qual encontramos muito trabalho a ser feito.

Retomamos, nesse contexto, o mapeamento da questão conforme apresentado por Rafael Alves Lima:

Em matéria de história, seria preciso transformar o engodo em veículo. Reconhecer o problema do poder implica, portanto, superar a simples convenção de caricaturas para tomar a história da psicanálise em seu caráter devidamente fragmentário. As ordens enunciativas, técnicas (práticas discursivas) das práticas do exercício da clínica cotidiana, pois bem, tais ordens estão sujeitas a toda espécie de pessoalização, de separações de ordem institucional, de narcisismos de pequenas e grandes diferenças reais. (Lima, 2012, p. 92)

Nesse sentido e em vista dessa problemática, chamamos atenção para os trabalhos de psicanalistas como Daniel Kupermann (2008), Luís Cláudio Figueiredo (2009) e Radmila Zygouris (2010). Esses autores (certamente acompanhados por outros) apontam para a necessidade de conceitualização e problematização da autorização e do pensamento do psicanalista para além das filiações. Apontam, assim, para organizadores discursivos como transferência nômade (Kupermann), psicanálise trans-escolas (Figueiredo) e psicanálise laica (Zygouris), que se oferecem como pontos de tensionamento e posicionamento possíveis em meio à política, filiação, formação e transmissão em psicanálise. Não acreditamos que esses termos ou lugares de discurso resolvam a questão da formação ou da filiação em psicanálise; por outro lado, tampouco achamos que ter-se por “lacaniano”, “winnicottiano” ou “kleiniano” resolva essas questões, com o agravante de escamotearem questões cruciais.

A história da psicanálise é amplamente amparada e dependente de figuras de autoridade, carismáticas ou não; a práxis psicanalítica institucional, por sua parte, parece indissolivelmente ligada a esses líderes. Não nos parece que a questão passe pela dissolução dessas figuras – muito pelo contrário: em consonância com o apontamento de Lima (2012), diríamos que a questão passa pela possibilidade de transformar o engodo em veículo. Não acreditamos que a adesão a uma autoria forte, por mais imparcial e irrestrita que seja, garanta uma formação psicanalítica pertinente e consistente; por mais que garanta alguma sensação de consis-

tência nos alicerces metapsicológicos e por mais que torne a retórica e as linhas de pensamento mais coerentes e previsíveis, tal adesão não parece garantir por si só nenhum sucesso ao psicanalista – considerando sua prática clínica e sua prática político-institucional. Como Winnicott lembrou a Klein, a imposição de um vocabulário e de um modo de dizer não garante a vivacidade ou a relevância de um pensamento (embora muitas vezes garanta sua pertinência e seu reconhecimento) (Winnicott, 2005).

John Forrester formula uma provocação que certamente mobiliza o campo em que nos situamos:

Para ler Freud, deve-se postular que ele efetivamente criou uma moeda, uma moeda psicanalítica, e que em posse de seu texto estamos segurando as notas de crédito desse sistema econômico. Depositar confiança em Freud é, portanto, como depositar confiança na instituição que emite notas de crédito ou notas bancárias. Os textos de Freud, portanto, devem ser tratados como notas promissórias, caso se deseje lê-los adequadamente. (Forrester, 1997a, p. 113, tradução nossa)

Forrester, historiador da psicanálise, sugere que a relação do psicanalista com Freud é como a “dívida” daqueles que se engajam em atividades mercantis com o banco central – que emite as notas. E aí entra em ação um deslocamento grande porque, nos termos de Forrester, não se trata de dívida, mas de confiança: o que o banco central oferece àquele com notas é, também, um crédito, mas esse crédito não implica que um deve algo a outro – o primeiro estabelece bases para o segundo, que por isso confia que as operações que está fazendo têm lastro (têm base, solo). O ponto em causa, entre credores e devedores, é que Freud não pode ser questionado – Freud é o começo e o fim da linha, Freud se autoriza a si mesmo. Daí deriva que há, de fato, uma dívida com Freud, mas essa dívida é impagável – todo psicanalista deve, e todo psicanalista deverá, e deverá para sempre, tudo a Freud: Freud é o banco central da psicanálise, o sistema se funda nele, e atrás dele não há nada.

Não se trata, portanto, de superar Freud e, no entanto, supõe-se que um psicanalista que se dispõe a escrever deve ter alguma coisa a dizer que Freud não tenha dito⁶. A diferença maior entre o sistema de circulação de crédito e dívida no mundo financeiro e a circulação de crédito e dívida na psicanálise é que, nesta, a alienação não é favorecida; pelo contrário, deve ser posta em questão para conseguir crédito – o acúmulo

6 Talvez fiquemos tentados a pensar aqui que em toda ciência algo semelhante se passa: a psicanálise tem seu Freud, a medicina tem seu Hipócrates, a Física tem seu Galileu. A coisa, no entanto, claramente não funciona assim: Freud é insuperável, como todo “fundador de ciência” é, mas para além disso, e principalmente, todo analista deve se haver com sua dívida a Freud para poder afirmar algo em psicanálise. “O pensamento psicanalítico não é uma religião, não mais do que não é uma ciência ou uma filosofia; é algo radicalmente novo e irreduzível a qualquer uma destas categorias” (Stein, 1988, p. 41).

de crédito não afunda o autor no sistema alienado, mas situa-o na “franja” da questão, no ponto de estofa do dilema da influência.

Quem se propõe a ser psicanalista, e, como psicanalista, propõe-se a ser autor, deve necessariamente se haver com a dívida que tem em relação a Freud e com o desejo que nutre de se afirmar por si só; se lembrarmos, no entanto, que Freud é o único na psicanálise a se afirmar por si só, teremos montado o dilema sobre o qual se instala o analista, do ponto de vista de sua autorização e de sua influência. E se a dívida com Freud e a solidão do exercício nos convidam a conclamar um “fiador” cujo porte nos iluda com a perspectiva da quitação das dívidas (como um Winnicott ou um Lacan), essa fiança certamente não nos fará maiores que Freud, nem nos tornará menos dependentes; não poderíamos tampouco acreditar que “herdamos” a metapsicologia e o estilo clínico pela adesão fiel ao estilo de comunicação e aos enunciados textuais. A coerência, o rigor, a pertinência, o reconhecimento e o estilo clínico passam certamente pelo trânsito da pessoa entre os autores canônicos, os textos de Freud, o trabalho dos pares, a supervisão, a análise..., e, no entanto, cada trajetória é singular, cada formação é singular. Os enunciados canônicos (em sua dimensão de convite ao não pensamento) não favorecem nem facilitam a transmissão da psicanálise ou a pertinência da prática desses psicanalistas, só massificam a ponto de fazer parecer que todos pensam igual e ou se entendem.

Não vemos e não acreditamos em nenhum caminho fácil, seja para a autorização do psicanalista enquanto praticante e pensante, seja para o rigor na formação teórico-clínica. Pensamos, no entanto, que estaremos em um caminho mais interessante na medida em que possamos nos despir das soluções fáceis e ilusórias, atendo-nos à discussão franca e ponderada dos problemas reais e prementes da política e da clínica em psicanálise.

The influence of canonical authors in the psychoanalyst's authorisation process

Abstract: The essay approaches the manner through which “authorships” are established in psychoanalytical discourse – considering, basically, the figures of authorship that organize the establishment of a psychoanalytical discourse (as Klein, Winnicott and Lacan, e.g.). Starting off by a presentation of the status of authorship within psychoanalytical discourse, the essay questions the centrality of the repetition of formulae with a canonical pretension and the overall role of dogmatism in the process of a psychoanalytical “authorization”. Finally, the essay suggests further developments and configurations to approach dogmatism and authority within psychoanalytical discourse in a renewed way.

Keywords: Psychoanalysis. Formation in psychoanalysis. History of psychoanalysis. Authorship.

La influencia de los autores canónicos en la autorización de lo psicoanalista

Resumen: El texto aborda la forma como se construyen las “autorías” en el discurso psicoanalítico – considerando, básicamente, las figuras de autor que organizan la composición de un discurso psicoanalítico (como Klein, Winnicott y Lacan, por ejemplo). A partir de una presentación del estatuto de la autoría en la configuración del discurso psicoanalítico, el texto cuestiona la centralidad de la repetición de fórmulas con pretensión canónica y el papel general del dogmatismo en la “autorización” del psicoanalista. Sugiere desdoblamientos y reconfiguraciones de los fenómenos de dogmatismo y autoridad en el discurso y en la práctica de la psicoanálisis.

Palabras clave: Psicoanálisis. Formación en psicoanálisis. Historia de la psicoanálisis. Autoría.

L'influence des auteurs canoniques sur l'autorisation du psicanaliste

Résumé: L'article aborde la manière comme sont construits les «auteurs» dans le discours psychanalytique - considérant essentiellement les semblants d'auteurs qui organisent la composition d'un discours psychanalytique (comme Klein, Winnicott, Lacan, par exemple). Depuis une présentation de la configuration du remplacement de l'auteur dans le discours psychanalytique, le texte interroge la centralité de la répétition de formules en tant que revendication d'une fonction canonique dans l'autorisation du psychanalyste. On suggère finalement des développements et des reconfigurations de phénomènes de dogmatisme et de l'autorité dans le discours psychanalytique.

Mots-clés: Psychanalyse. Histoire de la psychanalyse. Formation psychanalytique. Auteur.

Referências

Bloom, H. (2002). *Angústia de influência: uma teoria da poesia*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.

Figueiredo, L. C. (2009). *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo, SP: Escuta.

- Ferenczi, S. (2001). Sobre a história do movimento psicanalítico. In S. Ferenczi, *Obras completas – Psicanálise I* (pp. 167-177). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1911)
- Forrester, J. (1997a). *Truth games: Lies, money, and psychoanalysis*. Londres: Harvard University Press.
- Forrester, J. (1997b). *Dispatches from the Freud wars: Psychoanalysis and its passions*. Londres: Harvard University Press.
- Forrester, J. (2009). *A interpretação dos sonhos: a caixa-preta dos desejos*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Foucault, M. (1997). *Nietzsche, Freud e Marx*. São Paulo, SP: Princípio.
- Foucault, M. (2004). *A ordem do discurso*. São Paulo, SP: Loyola.
- Freud, S. (1996). A interpretação dos sonhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 4, pp. 541-646). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)
- Gay, P. (1988). *Freud: uma vida para nosso tempo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Grosskurth, P. (1992). *O círculo secreto: o círculo íntimo de Freud e a política da psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Kernberg, O. (2010). Trinta maneiras de destruir a criatividade dos candidatos à psicanálise. *Percurso*, 45, 13-24.
- Kupermann, D. (1996). *Transferências cruzadas: uma história da psicanálise e suas instituições*. Rio de Janeiro, RJ: Revan.
- Kupermann, D. (2008). *Presença sensível: cuidado e criação na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Lima, R. A. (2012). *A categoria de poder na clínica psicanalítica: entre Michel Foucault e Jacques Lacan* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Sabourin, P. (1988). *Ferenczi – paladino e grão-vizir secreto*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Stein, C. (1988). Uma conferência sobre a identificação com Freud. In C. Stein, *O psicanalista e seu ofício* (pp. 35-47). São Paulo, SP: Escuta.

Weber, M. (2005). *Três tipos de poder e outros escritos*. Lisboa: Tribuna.

Winnicott, D. W. (2005). *O gesto espontâneo*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Zygouris, R. (2010). Por uma psicanálise laica. *Percurso*, 45, 137-160.

Recebido: 10/6/2013

Aceito: 13/10/2013

